

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Azevedo - Campanhã continua esquecida

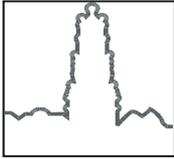
PCP reafirma propostas

Ao longo do dia de hoje, a Deputada do PCP na Assembleia da República Diana Ferreira, acompanhada por dirigentes do PCP e eleitos da CDU, realizou um conjunto de contactos com instituições e organizações sediadas em Azevedo, na freguesia de Campanhã, no sentido de contactar com a realidade social específica desta zona localizada na parte oriental da cidade do Porto. A delegação do PCP reuniu/visitou com o Projecto ARRIMO, a Obra Diocesana – Centro Social do Lagarteiro e a Extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã.

O PCP recorda que em finais de 2013 levou a cabo um conjunto de visitas em Azevedo, momento em que apresentou publicamente um conjunto de propostas específicas para esta zona da cidade do Porto. Infelizmente, em grande parte os problemas então identificados ainda persistem.

O território populacional de Azevedo mantém uma situação social caracterizada por indicadores muito preocupantes, nomeadamente população idosa com baixos recursos escolares, rendimentos de pensões e reformas muito baixos, isolamento e abandono, desemprego de curta e longa duração, condições de habitabilidade precárias e insalubres, toxicodependência, falta de equipamentos sociais, rede de transportes públicos precária e insuficiente, movimento associativo desactivado, estigmas sociais, entre outros. Uma parte significativa dos seus cerca de 12 000 moradores vive em condições de vida manifestamente muito difíceis, com dramas sociais e humanos complexos.

A situação reclama um conjunto de medidas que implicam o envolvimento das administrações locais e centrais. Por um lado, a prioridade para a freguesia de Campanhã tem sido um desígnio repetido por Rui Moreira, mas sem tradução expressiva nas políticas municipais. Sucessivos governos do PS e do PSD/CDS também optaram por desinvestir em serviços públicos essenciais e descuidar o desenvolvimento social que esta zona tanto necessita.



Na sequência das visitas hoje realizadas, o PCP reafirma as seguintes propostas:

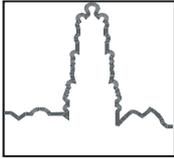
1. A manutenção e o reforço dos serviços e programas públicos existentes, nomeadamente a Extensão do Centro de Saúde, a Esquadra da PSP, o Posto dos CTT, a Escola, a continuidade e renovação de projectos de intervenção comunitária (Programa Escolhas) e os transportes públicos. Depois de terem sido ameaçadas de encerramento, nomeadamente a Esquadra, Centro de Saúde e CTT, é fundamental consolidar os serviços com reforço de profissionais e com novos investimentos nas instalações. No que à ligação STCP diz respeito, é necessário que esta chegue a áreas de Azevedo onde hoje não chega e que tenha mais frequências, permitindo uma melhor ligação aos serviços públicos dentro e fora de Azevedo, como por exemplo as escolas.

2. A conclusão do Parque Oriental, de acordo com o seu projecto aprovado em 2005 pela Câmara do Porto. A Câmara do Porto, à época com o Pelouro do Ambiente atribuído à CDU, deliberou um projecto de Parque Oriental através de um corredor verde de 53 hectares, acompanhando o leito do Rio Tinto, a requalificação de núcleos habitacionais (como Tirares e o Pego Negro) e assumia a necessidade da construção de um equipamentos âncora no parque para reforçar a sua atractividade. No entanto, após as eleições autárquicas de Outubro de 2005, o Gabinete do Parque Oriental foi desactivado e o projecto do Parque Oriental acabou por ser iniciado, em vésperas das eleições autárquicas de 2009, apenas de forma parcelar e amputado de alguns pressupostos originais. Até agora foram concluídos apenas 10 hectares (em vez dos 53 previstos) ficando, desde essa data, os trabalhos suspensos.

3. Procurar a afectação de Fundos Comunitários para projectos de investimento que contribuam para a dinamização económica, criação de emprego com direitos, promoção e dinâmica cultural, requalificação habitacional, criação de serviços e de equipamentos sociais.

4. A elaboração de um Diagnóstico Social, capaz de dotar os órgãos políticos e técnicos assim como as instituições, de ferramentas de planeamento, decisão e de intervenção com informações rigorosas sobre a situação social e infra-estrutural de Azevedo. No entanto, a ausência desta informação sistematizada não impede a percepção de vários indicadores de evidência empírica de pobreza extrema, nem pode justificar qualquer hesitação na promoção dos investimentos e respostas integradas e multidisciplinares necessárias aos problemas existentes.

5. O estabelecimento de um plano de ligação das habitações à rede de saneamento que tenha em conta o rendimento das famílias. Em pleno século XXI, nesta zona da cidade do Porto, continuam a existir muitas habitações sem qualquer ligação à rede de águas e saneamento, com famílias a fazer percursos de baldes e garrafões para a sua higiene pessoal, alimentação, etc.



6. A concretização do realojamento das famílias que residem em ilhas de habitação ou outras habitações em situação de degradação elevada e sem condições de habitabilidade, através de um processo de acompanhamento social multidisciplinar e do envolvimento activo destes moradores nos novos contextos residenciais.

7. Promoção de um programa de reabilitação das casas de habitações degradadas mas que ainda reúnam condições de restauro, evitando assim a deslocalização destes moradores, na tentativa de respeitar os seus laços de integração, sociabilidade e de pertença ao território onde vivem.

8. A construção de uma casa – abrigo para toxicodependentes, no sentido de criar uma resposta pública perante o número elevado e crescente de pessoas nesta situação severa de exclusão social em Azevedo.

9. Exigir ao Centro Distrital de Segurança Social do Porto mais meios e recursos para acudir de forma adequada e eficiente às situações de emergência social que têm ocorrido. São necessários mais técnicos de acompanhamento e mais verbas para cabimentar apoios económicos necessários e urgentes para minorar as situações de pobreza e exclusão social. A transferência de verbas da segurança social para a RLIS (Rede Local de Intervenção Social) suportada juridicamente pela IPSSS “ FIOS E DESAFIOS”, com sede na Rua do Heroísmo, é manifestamente insuficiente e traduz a desresponsabilização do Estado no dever de proteger de forma digna os que são vítimas da falta da igualdade de oportunidades e das desadequadas políticas sociais.

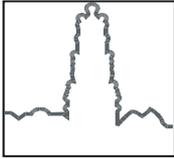
10. Exigir ao Instituto de Emprego e Formação Profissional a instalação de um serviço técnico de atendimento nesta zona da cidade para agilizar a colocação e inserção profissional de trabalhadores desempregados.

11. A colocação de uma máquina multibanco. Na actualidade, a ausência de um serviço destes numa zona onde moram milhares de pessoas é um exemplo quase caricato do abandono a que tem sido sujeita. Importa pressionar as entidades competentes neste sentido.

12. A melhoria da iluminação pública.

Para além dos aspectos supra-citados, dirigidos especificamente para a zona de Azevedo, o PCP reitera duas exigências com alcance mais abrangente mas de importância fulcral também para a população de Azevedo, nomeadamente:

- 1) Medidas que garantam o direito a uma habitação condigna.** Neste âmbito incluem-se questões como a adequada manutenção dos bairros sociais, nas áreas exteriores mas também no interior das habitações sempre que os problemas decorram de deficiências dos edifícios, a aplicação adequada da legislação no sentido de garantir



que as famílias que moram em habitações sociais pagam rendas justas, e a necessidade de corrigir os aspectos negativos introduzidos pela legislação do arrendamento imposta pelo anterior governo PSD/CDS, conhecida por Lei dos Despejos.

- 2) **Soluções de pagamento da electricidade, água, gás e rendas, compatíveis com os rendimentos das famílias.** É inaceitável que a EDP continue a apresentar lucros colossais e que o acesso a estes serviços essenciais seja posto em causa por incapacidade económica das famílias. Ou que a empresa municipal Águas do Porto proceda sem respeitar as situações de carência económica.
- 3) **A elaboração de um Plano de Emergência Social para a Região do Porto,** com o diagnóstico das situações de famílias em risco de pobreza, de ficar sem acesso a bens e serviços essenciais, como luz, água, medicação, habitação, entre outros, e o estabelecimento de medidas capazes de contribuir para inversão da situação. Tal plano implica, entre outras questões, a reavaliação dos pedidos de acesso a prestações sociais indeferidos, o reforço das prestações sociais, uma política de aumento dos salários e pensões, a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e a promoção do acesso a uma habitação digna, com mais e melhor habitação social e a revogação da nova legislação de arrendamento.

Os Deputados do PCP na Assembleia da República e os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos municipais e da freguesia de Campanhã comprometem-se a dar tradução institucional a estas exigências, anseios e objectivos, confrontando os partidos e os responsáveis políticos que encharcam a comunicação social com declarações de intenção relativamente a Campanhã e à zona oriental da cidade com a necessidade de tomar decisões nos órgãos próprios.

Azevedo, 29 de Dezembro de 2017

A Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP